

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Borizontim Class.: Guajá III
Data: Set/91 Pg.: 13

Empresários grilam A.I. no Maranhão

A Área Indígena Alto Turiaçu, localizada no Maranhão, onde vivem os índios Kaapor, Guajá, Tembê e uns Timbira, está sofrendo uma das maiores invasões de sua história.

Há mais de quatro anos, numerosas famílias, provenientes em sua maioria da cidade de Imperatriz e regiões limítrofes, e várias empresas agropecuárias e madeireiras vêm ocupando uma faixa de cerca de 46 km de largura por 15 km de extensão da terra indígena. Que fica localizada entre a BR-316 e o rio Gurupi, tem 530.524 hectares, cuja demarcação foi homologada pelo decreto 88.002/82.

A região está ocupada por mais de 1.100 famílias e algumas empresas agropecuárias, tais como: Iguai Agropecuária, de Imperatriz; Joaquim Monteiro, de Fortaleza; Agropecuária Vale Turiaçu, que pertenceria à família Sarney; Antônio Chaves, de Imperatriz; e Irmãos Galletti, de Açailândia.

A ocupação da área indígena vem sendo planejada e executada principalmente pelos senhores Nicodemus Martins Marques e Nildo Ferreira da Silveira, com o apoio logístico de Neimar Lemes e Antônio Chaves Borges, de Imperatriz. Os dois primeiros se dizem donos da faixa ocupada, alegando tê-la comprado do governo maranhense sob a administração do então governador José Sarney. Eles apresentam documentos grosseiramente falsificados.

A situação assume conotações mais dramáticas se se considera que a faixa invadida é limítrofe do território dos Guajá, ainda não demarcado. A invasão vem provocando distúrbios na estrutura sócio-cultural dos Guajá e conflitos, inclusive entre os próprios Guajá. A Companhia Vale do Rio Doce é uma das maiores responsáveis pelo aumento desses conflitos. É que, em decorrência da construção da ferrovia Carajás, houve uma supervalorização das terras à margem da estrada de ferro. Isto atraiu os grileiros, que expulsaram os pequenos agricultores, e provocou uma corrida desenfreada à exploração de madeiras nobres. Desde então as terras indígenas passaram a ser vistas como válvulas de escape sócio-econômico. (Cláudio Zannoni).